



## ANEXO I

### Declaração

(nº 1 do artigo 57º)

1) Luiz Manuel Gaia Braz, titular do bilhete de identidade n.º 1569841, emitido em Coimbra pelo arquivo de Coimbra, com o nº contribuinte 124249094, residente em Buarcos – Figueira da Foz, na qualidade de representante legal da firma Casa do Frio, Distribuição Alimentar, Lda, com o nº contribuinte 500917477, com sede na Fonte do Orelhudo em Cernache, tendo tomado e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar, na sequência do procedimento com consulta prévia para o fornecimento de **Gelados** conforme V/ Procedimento c/ a designação “Aquisição de gelados para a venda no Bar da Praia do Osso da Baleia” com o nº Processo “032\_AJD\_SA\_15”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2) Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junto em anexo:

- a) Carta apresentação e Condições Fornecimento
- b) Proposta de Preços com Observações aos produtos (como anexo à Proposta)
- c) Fichas Técnicas Produtos (memória descritiva dos produtos)
- d) Anexo I do nº 1 do artigo 57º
- e) Anexo II
- f) Situação Tributária
- g) HACCP
- h) Alvará Utilização
- i) Documentos Identificação da Empresa Casa do Frio, Lda e Representante Legal
- j) Certidão Permanente
- k) Nº Controlo Veterinário
- l) Registo Criminal Casa do Frio e seu Representante Legal
- m) Transporte, Rastreabilidade e Higiene

3) Declara ainda que renuncia o foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.



4) Mais declara, sob compromisso de honra:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional.
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional.
- d) Tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal.
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal.
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº1 do artigo 21º do Decreto-lei nº433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627º do Código de Trabalho.
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal.
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes
  - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definido no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho
  - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do artigo 3º da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa á Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

- iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa á prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- v) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

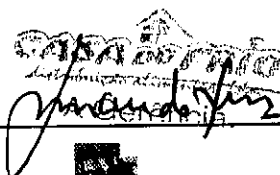
5) O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, conforme o caso, a exclusão da candidatura apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ele recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6) Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b); d); e) e i) do nº 4 desta declaração.

7) O Declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados, nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação, muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória da privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro do agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Coimbra, 22 de Maio de 2015

Ass:

  
José António Pascoal